

A RELEVÂNCIA DO MUSEU DAS FAVELAS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DECOLONIAL

JULIANA TIMÓTEO DE MELO

juliana.melo1@uscsonline.com.br

Universidade São Caetano

AMANDA BARBOSA

amanda.silva3@uscsonline.com.br

Universidade São Caetano

RODRIGO ACOSTA

rodrigo.acosta@uscsonline.com.br

Universidade São Caetano

MARTA REGINA PAULO DA SILVA

marta.silva@online.uscs.edu.br

Universidade São Caetano

RESUMO

Este artigo examina as contribuições do Museu das Favelas para uma educação intercultural e decolonial, analisando sua atuação como equipamento cultural voltado à promoção da pluralidade epistêmica. Inaugurado como instituição dedicada à valorização das culturas periféricas e à desconstrução de narrativas eurocêntricas, o Museu consolidou-se como referência na amplificação de vozes historicamente silenciadas. A partir de visitas e estudos realizados em 2023, período de intensificação de suas atividades, observou-se como suas iniciativas culturais e educativas fomentaram a ressignificação de territórios urbanos, a valorização de saberes afro-brasileiros e indígenas, e o fortalecimento de comunidades periféricas. Contudo, com a transição para um governo estadual conservador, alinhado a agendas políticas de extrema direita, o Museu passou por um processo de desestruturação e subutilização enquanto política pública. Esse contexto não apenas compromete sua estrutura operacional, mas também contradiz sua missão original como espaço de inclusão e decolonização, ilustrando os impactos de oscilações político-ideológicas na gestão de iniciativas culturais transformadoras. Ancorado nos referenciais da interculturalidade crítica e da pedagogia decolonial, este estudo articula análises teóricas e empíricas, destacando a relevância do Museu como *locus* de resistência e reflexão. Apesar dos desafios impostos, o Museu das Favelas mantém-se como símbolo da luta pela diversidade cultural e pela reparação histórica no Brasil, reafirmando a necessidade de políticas públicas que garantam a permanência de espaços culturais comprometidos com o diálogo intercultural e a construção de uma educação plural.

Palavras-chave: Interculturalidade. Decolonialidade. Educação em Museus. Culturas Periféricas.

THE RELEVANCE OF THE MUSEUM OF FAVELAS FOR AN INTERCULTURAL AND DECOLONIAL EDUCATION

ABSTRACT

This article examines the contributions of the Museum of Favelas to intercultural and decolonial education, analyzing its role as a cultural institution dedicated to promoting epistemic plurality. Founded as an institution committed to valuing peripheral cultures and deconstructing Eurocentric narratives, the Museum has established itself as a reference in amplifying historically silenced voices. Based on visits and studies conducted in 2023, a period of intensified activity, it was observed how its cultural and educational initiatives fostered the re-signification of urban territories, the appreciation of Afro-Brazilian and Indigenous knowledge, and the empowerment of peripheral communities. However, with the transition to a conservative state government aligned with far-right political agendas, the Museum underwent a process of dismantling and underutilization as a public policy. This context not only

compromised its operational structure but also contradicted its original mission as a space for inclusion and decolonization, illustrating the impacts of political and ideological shifts on the management of transformative cultural initiatives. Anchored in the frameworks of critical interculturality and decolonial pedagogy, this study articulates theoretical and empirical analyses, highlighting the Museum's relevance as a locus of resistance and reflection. Despite the challenges imposed, the Museum of Favelas remains a symbol of the struggle for cultural diversity and historical reparation in Brazil, reaffirming the need for public policies that ensure the continuity of cultural spaces committed to intercultural dialogue and the construction of a plural education.

Keywords: Interculturality. Decoloniality. Museum Education. Peripheral Cultures.

LA RELEVANCIA DEL MUSEO DE LAS FAVELAS PARA UNA EDUCACIÓN INTERCULTURAL Y DECOLONIAL

RESUMEN

Este artículo examina las contribuciones del Museo de las FAVELAS a una educación intercultural y decolonial, analizando su papel como equipamiento cultural orientado a la promoción de la pluralidad epistémica. Inaugurado como una institución dedicada a la valorización de las culturas periféricas y a la desconstrucción de narrativas eurocéntricas, el Museo se ha consolidado como referencia en la amplificación de voces históricamente silenciadas. A partir de visitas y estudios realizados en 2023, período de intensificación de sus actividades, se observó cómo sus iniciativas culturales y educativas fomentaron la resignificación de territorios urbanos, la valorización de saberes afrobrasileños e indígenas y el fortalecimiento de comunidades periféricas. Sin embargo, con la transición hacia un gobierno estatal conservador, alineado con agendas políticas de extrema derecha, el Museo atravesó un proceso de desestructuración y subutilización como política pública. Este contexto no solo comprometió su estructura operativa, sino que también contradijo su misión original como espacio de inclusión y decolonización, ilustrando los impactos de las oscilaciones político-ideológicas en la gestión de iniciativas culturales transformadoras. Anclado en los marcos de la interculturalidad crítica y la pedagogía decolonial, este estudio articula análisis teóricos y empíricos, destacando la relevancia del Museo como un locus de resistencia y reflexión. A pesar de los desafíos impuestos, el Museo de las Favelas se mantiene como símbolo de la lucha por la diversidad cultural y la reparación histórica en Brasil, reafirmando la necesidad de políticas públicas que garanticen la permanencia de espacios culturales comprometidos con el diálogo intercultural y la construcción de una educación plural.

Palabras clave: Interculturalidad. Decolonialidad. Educación en Museos. Culturas Periféricas.

1 INTRODUÇÃO

Localizado no outrora elitizado — e hoje marcado por contrastes — bairro dos Campos Elíseos, em São Paulo, o Museu das Favelas ocupa o Palácio homônimo, edifício projetado no final do século XIX para uma família de cafeicultores. Inspirado no Castelo de Écouen e construído com materiais importados da França, Itália e Estados Unidos, o palacete tornou-se sede do governo estadual em 1915, mantendo essa função até 1967, quando um incêndio levou à transferência para o Palácio dos Bandeirantes. Tombado em 1977, o prédio teve diferentes

usos ao longo das décadas, até abrigar, em 2022, o Museu das Favelas — gesto simbólico que ressignifica um espaço historicamente reservado à elite e o transforma em território de representação das periferias.

Em 2024, sob a gestão estadual de Tarcísio de Freitas, o Museu passou por um processo de descontinuidade administrativa e foi transferido do Palácio dos Campos Elíseos para o Pateo do Collegio, no centro histórico de São Paulo. Essa mudança, motivada por novas diretrizes da política cultural estadual, revelou tensões entre projetos de gestão cultural e o compromisso com a diversidade, a inclusão e a reparação histórica. Essa transição, longe de ser apenas logística, é também política e simbólica — e constitui o ponto de partida deste artigo.

O Museu das Favelas, equipamento público da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, gerido pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), foi concebido para promover a pluralidade epistêmica por meio de exposições, debates, formações e atividades que articulam arte, cultura e educação. Desde sua inauguração, tem se afirmado como um espaço de escuta, valorização e protagonismo de sujeitos periféricos, negros e indígenas, transformando a antiga casa da elite paulista em um locus de resistência e produção de saberes.

Partindo da trajetória de criação e das experiências vividas no Museu das Favelas, este artigo analisa suas contribuições para uma educação intercultural e decolonial. A análise articula fundamentos teóricos e práticas culturais e educativas, compreendendo o Museu como território de pedagogias insurgentes — espaços em que a arte e a memória coletiva operam como instrumentos de resistência e produção de novos saberes. O estudo evidencia como essas práticas museais contribuem para desestabilizar narrativas eurocêntricas, promover justiça cognitiva e afirmar a potência dos saberes forjados nas margens.

Como destaca Carla Zulu (2022), ex-coordenadora de Relações Institucionais do Museu, o trabalho desenvolvido busca narrar histórias sob a ótica de sujeitos historicamente marginalizados e silenciados, promovendo uma reparação simbólica e social. A ocupação do Palácio dos Campos Elíseos, antigo espaço de exclusão, ganha um novo significado ao transformar-se em território de valorização das periferias, por meio de exposições, debates e instalações que evidenciam a relevância de artistas e intelectuais periféricos.

O próprio espaço expositivo revela essa pedagogia decolonial. Informativos espalhados pelo edifício convidam o público a conhecer a origem do termo *favela*, derivado da árvore *faveleira*, símbolo de resistência que floresce mesmo em condições adversas. Essa metáfora ecoa a força das comunidades que habitam esses territórios. Outras informações destacam, por

exemplo, que se as favelas brasileiras formassem um estado, este seria o quarto maior do país — dado que provoca reflexão sobre desigualdade e pertencimento.

A gestão do Museu, composta majoritariamente por pessoas oriundas de favelas, reforça o protagonismo dessas vozes, estendendo-o à contratação de fornecedores e artistas que compartilham das mesmas origens. O Brasil carrega uma dívida histórica com as populações negras e indígenas, e a existência de um espaço como o Museu das Favelas, outrora símbolo de segregação, constitui uma iniciativa emblemática de reparação. Implementar políticas públicas voltadas à população negra é passo fundamental para reduzir o abismo histórico que marca a vida desses grupos, especialmente das mulheres negras, conforme defende Sueli Carneiro (2019), ao afirmar que esse é um imperativo ético do reconhecimento das desigualdades acumuladas.

As políticas afirmativas, embora ainda alvo de resistência e questionamentos, configuram-se como medidas indispensáveis para atenuar essa dívida. No Brasil contemporâneo, persistem estruturas coloniais que sustentam condições de subcidadania e desigualdade de acesso ao conhecimento, perpetuando a violência racial institucionalizada. As experiências analisadas neste estudo — sobretudo aquelas que ressignificam espaços antes marcados pela exclusão — demonstram que a reparação assume dimensões simbólicas, materiais e pedagógicas: simbólicas, ao devolver dignidade e sentido a territórios negados; materiais, ao ampliar oportunidades educacionais e econômicas; e pedagógicas, ao reativar memórias silenciadas e transformá-las em instrumentos de formação crítica. Mais do que incluir sujeitos historicamente marginalizados, trata-se de promover transformações estruturais nas instituições e na própria concepção de conhecimento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O PAPEL DO MUSEU DAS FADELAS E O PROTAGONISMO NEGRO E INDÍGENA

O Museu das Favelas tem se constituído como um espaço significativo para a discussão e promoção de iniciativas que valorizam a cultura, a história e as vivências das comunidades das favelas. Para exemplificar seu papel fundamental na luta por uma sociedade com justiça social, apresentamos duas atividades, as quais participamos, que ocorreram no ano de 2023 e que ilustram o compromisso político, ético e estético desse espaço.

2.1.1 A ascensão do Movimento *Black Money* e o empreendedorismo nas favelas: uma crítica à dependência do desemprego formal

No dia 22 de abril de 2023 ocorreu a palestra: *Mulheres, Raça, Classe & Negócios*, ministrada pela renomada jornalista, apresentadora e escritora Semayat Oliveira. Formada pela Universidade Metodista de São Paulo e especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais pela Escola de Comunicação e Artes da USP, Semayat compartilhou reflexões enriquecedoras que dialogam diretamente com os desafios contemporâneos das mulheres negras.

Seu trabalho tem se concentrado em revelar novos imaginários e narrativas sobre a população negra, buscando romper estereótipos e ampliar a representatividade. Como cofundadora do grupo jornalístico "Nós, Mulheres da Periferia", Semayat exerce um papel importante na divulgação de histórias e experiências das mulheres negras das periferias. Atua como mestre de cerimônias, mediadora e palestrante, contribuindo para a disseminação de conhecimento e o debate sobre questões raciais e de gênero. Entre seus trabalhos, destaca-se a apresentação do Festival Feira Preta, o maior evento de cultura negra da América Latina. Na época havia uma exposição desse evento ocorrendo no Museu. Por meio desse festival, Semayat tem a oportunidade de dar visibilidade às vozes e produções de artistas, empreendedores(as) e ativistas negros(as), fortalecendo a economia criativa, o Movimento *Black Money* e promovendo a inclusão social.

O Movimento *Black Money* vem ganhando destaque nos últimos anos como uma resposta à desigualdade econômica e social enfrentada pela população negra no Brasil. Surge como um movimento de conscientização e empoderamento financeiro, buscando fortalecer a comunidade negra e incentivar o empreendedorismo como uma forma de superar as barreiras impostas pelo racismo estrutural.

Como assevera Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 37):

O racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.

Nas favelas brasileiras, o empreendedorismo muitas vezes é encarado como uma alternativa para aqueles(as) que perderam seus empregos formais. Diante da falta de oportunidades, principalmente para os(as) mais pobres, a criação do próprio negócio torna-se uma saída viável e muitas vezes a única fonte de sustento. No entanto, essa realidade revela a precariedade do mercado de trabalho e a dependência do desemprego formal como motivação

para o empreendedorismo, em especial para as mulheres negras.

De acordo com Sueli Carneiro (2019), para compreender a profundidade do impacto do racismo disseminado e institucionalizado na vida das mulheres negras, é fundamental analisar a precariedade do mercado de trabalho sob a ótica da desigualdade de renda. Apesar de apresentarem o maior crescimento proporcional em rendimentos ao longo de 20 anos, as mulheres negras continuam ocupando o último lugar na escala de remuneração no Brasil. No topo dessa escala encontram-se os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, depois pelos homens negros, e, por fim, pelas mulheres negras, evidenciando a persistente hierarquia racial e de gênero no país.

É importante ressaltar que o empreendedorismo, por si só, não é uma solução mágica para a pobreza e a exclusão social. Embora seja uma forma de buscar autonomia financeira e driblar as adversidades econômicas, a falta de acesso a recursos e oportunidades, aliada às desigualdades estruturais, impede que esses empreendimentos prosperem e se desenvolvam de maneira sustentável.

Silvia Cristina Yannoulas (2002) argumenta que o direito ao desenvolvimento é um direito inalienável de todos os indivíduos e povos, abrangendo aspectos como alimentação, moradia, saúde, trabalho, educação, lazer e um ambiente saudável. Esse direito está alinhado com os princípios das teorias feministas e outras lutas de grupos marginalizados, enfatizando a necessidade de justiça social e igualdade como bases para um sistema sustentável.

Silvia Cristina Yannoulas (2002) destaca que, no final do século XX, tornou-se evidente que o crescimento econômico por si só não assegura desenvolvimento social. Pelo contrário, ele tem ampliado a pobreza e a desigualdade. Assim, um modelo de desenvolvimento sustentável deve combater todas as formas de discriminação, sejam elas baseadas em gênero, raça, orientação sexual, etnia ou idade, e promover acesso igualitário aos recursos.

É necessário ter consciência de que cidadania e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda: 'Ninguém pode gozar plenamente da cidadania, se se limita ou impede seu acesso aos recursos do desenvolvimento, se não tem comida, trabalho, educação ou moradia. E, inversamente, não se pode desfrutar de um desenvolvimento humano, sustentado e sustentável, se não se garantem os direitos civis e políticos, em respeito a todas as culturas, etc.' (Bonaparte, 1995, p. 12, tradução livre, apud Yannoulas, 2002, p. 73).

O fato de muitos(as) empreendedores(as) das favelas iniciarem seus negócios apenas após perderem seus empregos formais revela a falta de políticas públicas efetivas que promovam a inclusão socioeconômica e o acesso ao mercado de trabalho digno. É essencial que sejam criadas condições favoráveis para que empreender não seja apenas uma alternativa, mas sim uma escolha consciente e promissora.

O Movimento *Black Money* surge como uma resposta a essa realidade, estimulando o empreendedorismo como forma de fortalecer a comunidade negra e promover a circulação da riqueza dentro dela. No entanto, é necessário ir além. É preciso cobrar do Estado políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades, acesso a crédito, capacitação profissional e suporte técnico para os(as) empreendedores(as) das favelas.

A crítica reside no fato de que a dependência do desemprego formal para impulsionar o empreendedorismo revela a fragilidade do sistema atual, no qual os(as) mais pobres são empurrados para a margem da sociedade, tendo que encontrar soluções por conta própria. O ideal seria um ambiente em que o empreendedorismo fosse estimulado desde o início, com políticas de inclusão social, educação empreendedora nas escolas e ações afirmativas que garantam igualdade de oportunidades.

Portanto, é fundamental que o Movimento *Black Money* e outras iniciativas semelhantes continuem a promover a conscientização e a luta contra o racismo estrutural, mas também que sejam cobradas políticas públicas efetivas que ampliem as oportunidades para todos(as) os(as) empreendedores(as) das favelas e comunidades marginalizadas. A superação das desigualdades socioeconômicas requer ações conjuntas, tanto da sociedade civil quanto do poder público, visando à construção de um ambiente inclusivo e propício ao desenvolvimento empreendedor de forma ampla e sustentável.

A presença de Semayat no Museu das Favelas, compartilhando sua experiência e conhecimento, reforça a importância do espaço como um local de encontro e diálogo entre diferentes perspectivas. Ao trazer personalidades influentes para tratar desses assuntos, o Museu se consolida como um ambiente de aprendizado e reflexão, contribuindo para a conscientização e a transformação social. Essas iniciativas, como o Movimento *Black Money*, o empreendedorismo nas favelas e a atuação de Semayat são fundamentais para desafiar os estereótipos e as desigualdades presentes na sociedade.

Essa vivência ilustra o que Vera Maria Candau (2020) denomina interculturalidade crítica, pois não se trata apenas de dar visibilidade às diferenças culturais, mas de questionar e transformar as relações de poder que estruturam as desigualdades raciais e de gênero. Ao promover esses debates, o Museu das Favelas atua como um espaço de insurgência, onde saberes e práticas das periferias confrontam a lógica hegemônica, criando pontes entre reconhecimento cultural, redistribuição de recursos e formação política.

2.1.2 Experiências urbanas dos povos indígenas em relação às favelas do Brasil

Neste mesmo dia, no período da tarde, 14 horas, foi realizada uma Roda de conversa sobre as experiências urbanas de povos indígenas em relação às favelas do Brasil. Com Ivone Pankararu, Lidia Pankararu e José Pankararu, no espaço denominado Salão dos Espelhos, no Museu das Favelas. O evento abordou as vivências urbanas dos povos indígenas em relação às favelas no Brasil, reunindo vozes emblemáticas como Lidia Pankararu, líder espiritual e agente de saúde, Ivone Pankararu e José Pankararu, representantes da Associação Indígena Pankararu, situada na comunidade do Real Parque, em São Paulo.

A roda de conversa proporcionou reflexões profundas sobre os desafios enfrentados por esses povos em contextos urbanos, lançando luz sobre suas experiências de adaptação, resistência e preservação cultural, fundamentais para ampliar o entendimento das dinâmicas sociais nas periferias brasileiras.

Os(as) integrantes desta etnia foram convidados(as) pelo Museu para contar a história dos seus/suas ancestrais e como foi seu deslocamento do local de origem em Pernambuco para Minas Gerais, bem como a sua situação no local em que vivem hoje na periferia de São Paulo. Desde o início da colonização portuguesa seus/suas ancestrais foram forçados(as) a se deslocar sem seus direitos fundiários respeitados, sendo que, apenas em 1999, por meio de diversas reivindicações, o processo de ampliação de terra foi iniciado.

A terra natal dos(as) palestrantes está localizada no sertão de Pernambuco, entre Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, próximo ao rio São Francisco. Segundo José Maurício Arruti (2021), o povo Pankararu reivindica 14.000 hectares como território ancestral, mas apenas 8.000 hectares foram oficialmente reconhecidos. Devido à falta de oportunidades, precariedade local, secas e conflitos fundiários com posseiros não indígenas, muitos(as) são forçados(as) a deixar a região. Esses conflitos são agravados por disputas envolvendo casamentos entre indígenas e não-indígenas, que frequentemente resultam na exclusão dos(as) primeiros de suas terras.

Parte dos Pankararu migrou para São Paulo, estabelecendo-se na comunidade Real Parque, próxima ao Morumbi. Nos anos 40 a 60, um grande fluxo de trabalhadores(as) nordestinos(as) contribuiu para o desmatamento e construção de importantes obras da cidade, como o Estádio do Morumbi e o Palácio do Governo. No início os homens da aldeia ficavam um curto período em São Paulo por questões emergenciais ou por causa da seca. Com estabilidade em seus empregos muitos filhos(as) e mulheres de indígenas migraram para a

comunidade.

Uma reportagem do extinto Jornal Notícias Populares, em 26 de julho de 1994, com o título “Índio eliminado na favela - Fugiu da tribo para morrer em São Paulo”, exibia a imagem de um indígena de 20 anos assassinado, apesar da matéria desrespeitosa e sensacionalista, a reportagem deixava em evidência a língua nativa “Iaté” e seus rituais sagrados chamados de Toré. Esta matéria gerou outras reportagens como no antigo programa policial Aqui Agora e no jornal Diário de Pernambuco.

Os(as) palestrantes comentaram sobre a importância dos seus rituais, sendo ele o Toré e seres chamados de encantados, mesmo distante da aldeia eles(as) praticam estas ritualísticas que são feitas para a comunidade no pátio da escola, mas também de forma “fechada”, pois algumas destas ritualísticas não podem ser reveladas para qualquer pessoa. Estes seres encantados têm forte ligação à aldeia de Pernambuco, próxima ao brejo dos padres e alguns Pankararus dizem que através de “sonhos” são capazes de conhecer castelos dentro daquela serra e também revelações.

A palestra dos(as) indígenas no Museu das Favelas proporcionou um espaço para que compartilhassem as dificuldades que enfrentam, marcadas por preconceitos tanto em suas comunidades quanto na sociedade em geral. As muitas dificuldades e desigualdades na cidade de São Paulo e diversas discriminações na região em que vivem levaram a criar a associação SOS Pankararu, com o intuito de manter sua cultura e a garantia dos seus direitos.

Além de serem estigmatizados(as) por sua origem nordestina, sofrem ainda mais por sua identidade indígena, frequentemente reduzida a estereótipos que os(as) vinculam exclusivamente a florestas, adornos tradicionais e ferramentas arcaicas, ignorando suas vivências urbanas e contemporâneas. Nesse sentido, é de extrema importância a apresentação de indígenas em contextos urbanos, como argumenta Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto (2017, p. 40):

Ser índio difere em muitos lugares do mundo de acordo com a imagem imputada a ele e sustentada pelo senso comum. Conforme relatado no Brasil o índio foi deliberadamente associado ao ser selvagem que vive na mata, guerreiro, importante por ter sido uma das ‘raças’ formadoras do povo, mas para sempre fincado no passado.

A presença indígena no Museu revela a urgência do que caracteriza como pedagogia decolonial insurgente, que rompe com narrativas coloniais e reinscreve sujeitos historicamente silenciados no centro da produção de conhecimento. Ao acolher o povo Pankararu e dar visibilidade às suas histórias e rituais, o Museu não apenas preserva memórias, mas as

transforma em ferramentas de resistência, reafirmando a educação como prática política capaz de desestabilizar estereótipos e reivindicar direitos territoriais e culturais.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO MUSEU DAS FAVELAS E A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NOS DIAS ATUAIS

Compreendendo os tempos sombrios nos quais estamos imersos(as), observamos o intrincado enlace de retrocessos sociais e políticos que nos envolve de forma indelével. Nesse cenário, destaca-se a ascensão de uma onda ultraconservadora e alinhada a ideologias de direita extrema, cujas políticas e discursos reforçaram a marginalização de grupos socioculturais historicamente desconsiderados em nossa sociedade. Esse movimento político-ideológico, marcado pelo fundamentalismo e pela negação de direitos, aprofundou desigualdades e deslegitimou iniciativas voltadas à inclusão e valorização da diversidade, gerando impactos profundos no campo da educação, da cultura e das políticas públicas voltadas para a reparação histórica.

Neste contexto, nosso foco recai sobre o âmbito educacional, espaço privilegiado para a construção e consolidação de valores humanísticos e progressistas. No entanto, os retrocessos sociais e políticos têm exercido um impacto pernicioso sobre as instituições escolares, resultando em um cenário de turbulência e incertezas.

É importante ressaltar que as políticas adotadas pelo governo ultradireitista conservador foram responsáveis por agravar ainda mais essa situação, ao priorizar uma visão restrita e segregadora de sociedade, com ênfase em valores conservadores e uma pauta moralizadora. Essa postura contribuiu para o enfraquecimento de políticas inclusivas e progressistas, relegando ao ostracismo grupos socioculturais que há tempos lutam por visibilidade e igualdade de oportunidades.

O desafio que se impõe, portanto, é o de reconstruir uma educação inclusiva e emancipadora, capaz de transcender as barreiras impostas pelas estruturas da colonialidade, conceito cunhado por Aníbal Quijano (2000) para desvelar a persistência das hierarquias coloniais mesmo após as independências formais. Para Quijano, a colonialidade opera em três dimensões interligadas: a colonialidade do poder (sistema de dominação racializado que estrutura o capitalismo global), a colonialidade do saber (subalternização de epistemologias não europeias) e a colonialidade do ser (negação da humanidade plena dos povos colonizados, como também discutido por Dussel em sua crítica ao eurocentrismo).

Em contraposição a essa matriz, a decolonialidade, termo inaugurado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (Mignolo, Walsh, Grosfoguel, Maldonado-Torres), diferencia-se da descolonização política por visar não apenas a autonomia territorial, mas a desestabilização dos paradigmas epistêmicos e existenciais hegemônicos. Enquanto a descolonização refere-se a um evento histórico (século XX), a decolonialidade configura-se como um projeto contínuo de libertação dos saberes, corpos e territórios subalternizados. No Brasil, como alertam Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018) a confusão terminológica entre ‘descolonial’ e ‘decolonial’ exige atenção e clareza conceitual, pois reflete disputas em torno das raízes do pensamento crítico latino-americano.

Catherine Walsh (2013) argumenta que a descolonização não se limita a desfazer o colonialismo, mas constitui um processo contínuo de resistência e construção de alternativas que desafiam a lógica de dominação colonial. Assim, ao nos referirmos à defesa do equipamento público para fins educacionais, utilizaremos o termo decolonial para enfatizar essa perspectiva transformadora. Já ao mencionarmos nossos referenciais teóricos, recorreremos aos conceitos e terminologias dos(as) autores(as), respeitando suas formulações e contribuições específicas para o campo de estudo. Essa distinção busca evidenciar tanto o compromisso prático com a transformação social quanto a fundamentação teórica que orienta este trabalho.

Nesse contexto, a interculturalidade crítica (Walsh, 2009; Candau, 2017) emerge como ferramenta pedagógica fundamental para questionar a tolerância superficial da diversidade, propondo uma transformação radical nas relações entre saberes. Diferentemente da interculturalidade funcional (que apenas ‘inclui’ o outro nos moldes do sistema dominante), a abordagem crítica tensiona as assimetrias de poder e valoriza os conhecimentos historicamente marginalizados, exigindo uma reestruturação epistêmica profunda no campo da educação. É essa perspectiva que orienta a reconstrução de práticas educativas verdadeiramente emancipadoras, capazes de pavimentar o caminho para sociedades justas, para além da retórica da equidade.

Isso implica questionar as lógicas econômicas, políticas e culturais impostas pelo colonialismo e buscar estratégias que desafiem a perpetuação da colonialidade do ser, do saber e do poder. Os autores propõem uma educação que reconheça a pluralidade de narrativas, especialmente aquelas historicamente negligenciadas, como as tradições de resistência das populações negras e indígenas.

Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018)

enfatizam que a inclusão de sujeitos marginalizados no espaço acadêmico e no campo do saber, como resultado de ações afirmativas, contribui para a ruptura de paradigmas hegemônicos e a construção de novas epistemologias. Essa educação transformadora visa combater todas as formas de dominação, promovendo uma justiça social que valorize as múltiplas formas de vida e experiências político-sociais marginalizadas.

Em *O Movimento Negro e a Intelectualidade Negra Descolonizando os Currículos*, Nilma Lino Gomes (2018) discute o papel fundamental do Movimento Negro na luta por uma educação pública democrática e antirracista. Ela argumenta que essa atuação, conduzida tanto por movimentos mais amplos, como o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras, quanto por iniciativas autônomas de sujeitos negros, tem como foco a decolonização dos currículos. Essa decolonização, no entanto, não é genérica; trata-se de uma perspectiva negra decolonial brasileira, que questiona e denuncia os padrões coloniais de poder, raça, trabalho e conhecimento.

Nilma Lino Gomes (2018) assevera que essa perspectiva crítica desafia a centralidade eurocêntrica na interpretação e produção do conhecimento científico e do mundo. Para ela, a verdadeira *descolonização* dos currículos e do saber só será possível quando *descolonizarmos* também os olhares dos sujeitos, suas experiências e os modos como produzem e legitimam conhecimento. Nesse processo, o conceito do “Atlântico Negro” surge como um espaço simbólico e real que permite fluxos de saberes, culturas e resistências, contribuindo para a construção de epistemologias emancipatórias e antirracistas.

Para manter viva e fazer avançar essa perspectiva teórica, esses mesmos sujeitos intelectuais, ativistas e negras e negros em movimentos não podem nunca esquecer quem são, de onde vieram e que tipo de sociedade e de conhecimento desejam produzir. Uma sociedade e um campo do conhecimento que tratem com densidade epistemológica, política e dignidade os sujeitos negros produtores de conhecimento e de práticas sociais emancipatórias, bem como os conhecimentos produzidos pela sua ancestralidade, pela sua memória, pelas suas lutas por emancipação (Gomes, 2018, p. 245).

Vera Maria Candau (2020) apresenta a necessária relação entre a decolonialidade e a interculturalidade, ressaltando a importância de uma abordagem crítica e transformadora. A interculturalidade tem sido cada vez mais valorizada na educação, principalmente na América Latina, desde os anos 70. No entanto, há um risco de que a interculturalidade seja reduzida a uma mera visibilização das diferenças culturais, sem questionar as relações de poder e as assimetrias entre os grupos socioculturais. Nesse sentido, a autora defende a interculturalidade

crítica, como forma de romper com essa perspectiva superficial, questionando as desigualdades construídas historicamente e empoderando aqueles(as) que foram marginalizados(as).

Para alcançar uma interculturalidade crítica, é necessário desnaturalizar os processos de colonialidade presentes na sociedade e nas escolas, reconhecendo e nomeando as estruturas que mantêm relações assimétricas e estereótipos estigmatizantes. A perspectiva decolonial está intrinsecamente ligada à interculturalidade crítica e busca a construção de modos alternativos de poder, conhecimento e existência. O movimento decolonial tem se desenvolvido cada vez mais no continente americano, promovendo uma renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas.

A interculturalidade crítica também questiona o eurocentrismo e reconhece a pluralidade epistêmica presente nos diversos grupos humanos. Ela busca superar os dualismos arraigados na sociedade, que privilegiam uma perspectiva europeia e inferiorizam outras epistemologias. O diálogo intercultural é essencial para construir uma perspectiva mais abrangente e plural, na qual todos os grupos socioculturais sejam reconhecidos como sujeitos e produtores de conhecimento.

Nós, educadoras e educadores, que estamos atuando diretamente com estudantes das camadas mais populares e nas escolas públicas, temos a necessidade de desconstruir e reconstruir as culturas escolares, promovendo a desnaturalização da colonialidade e o desenvolvimento de uma educação intercultural crítica e decolonial. Essa abordagem enfrenta desafios e levanta questões atuais sobre as relações entre desigualdades e diferenças culturais, a diversidade epistêmica, a construção de currículos escolares e a promoção do diálogo intercultural.

Sendo assim, é possível afirmar que a perspectiva decolonial permite radicalizar a proposta da educação intercultural crítica. Propõe que nos situemos a partir dos sujeitos sociais inferiorizados e subalternizados, que são negados pelos processos de modernidade-colonialidade hegemônicos, mas resistem e constroem práticas e conhecimentos insurgentes numa perspectiva contra hegemônica (Candau, 2020 p. 681).

Podemos destacar que espaços culturais desempenham um papel relevante na promoção do diálogo intercultural. Nesse contexto, a importância de incluir o Museu das Favelas na educação intercultural e decolonial, no reconhecimento das diversas culturas presentes na sociedade e na desconstrução de estereótipos e relações assimétricas é uma ação insurgente. O Museu das Favelas pode oferecer exposições e programas educativos que abordam a

diversidade cultural, as contribuições dos diferentes grupos socioculturais marginalizados e a história multifacetada e plural.

O Museu das Favelas pode exercer um papel importante na desnaturalização dos processos de colonialidade ao evidenciar as formas de opressão presentes na história e nas relações sociais, favorecendo uma reflexão crítica sobre essas questões. Destaca-se, ainda, o potencial da instituição em valorizar e dar visibilidade aos conhecimentos e às práticas culturais dos grupos marginalizados, contribuindo com seu empoderamento e promovendo uma perspectiva educativa mais holística, plural e inclusiva.

Nesse sentido, o Museu se configura como um espaço promotor da educação intercultural e decolonial, ao possibilitar encontros, diálogos e reflexões sobre as diferenças culturais, ao desafiar a lógica eurocêntrica e ao fomentar o reconhecimento e a valorização dos saberes e das identidades dos diversos grupos socioculturais que compõem a sociedade brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus, de forma geral, desempenham um papel essencial na preservação da memória coletiva e na promoção de reflexões críticas sobre o presente, contribuindo para a construção de novas visões sobre a sociedade.

O Museu das Favelas, ao ser inaugurado, representou um marco significativo na valorização de histórias e culturas frequentemente relegadas ao esquecimento, lançando luz sobre os(as) protagonistas invisibilizados(as) que ergueram nossas cidades. Ele nos convida a questionar: quem realmente construiu as bases da nossa sociedade? Quais foram os custos humanos por trás do progresso? E a quem, historicamente, foi negado o reconhecimento?

A ressignificação do espaço outrora elitista do Palácio dos Campos Elíseos, devolvendo-o simbolicamente às populações periféricas, majoritariamente negras, configurou-se, por um breve período, como um gesto de reparação histórica. Esse gesto, contudo, não se limita a corrigir narrativas, ele propõe novas maneiras de ver e valorizar a arte, a cultura e a história de grupos que, por séculos, foram excluídos e marginalizados. O Museu se torna, assim, um território de resistência e visibilidade, onde as vozes antes silenciadas ecoam por meio das exposições e atividades educativas.

A trajetória do Museu das Favelas reflete os desafios enfrentados por iniciativas culturais voltadas à valorização da diversidade e à desconstrução de narrativas eurocêntricas.

Inaugurado em 2022 no Palácio dos Campos Elíseos, o Museu das Favelas destacou-se como espaço de diálogo intercultural e empoderamento das comunidades periféricas. Contudo, com a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em agosto de 2024 foi anunciada sua transferência para outro próprio municipal interrompendo temporariamente suas atividades.

O Museu das Favelas foi reinaugurado em dezembro de 2024, em uma nova sede localizada no Pateo do Collegio, no centro histórico de São Paulo, marcando a mudança definitiva do antigo Palácio dos Campos Elíseos. A transferência para o novo endereço gerou debates sobre o papel do museu como equipamento público e evidenciou as tensões entre políticas culturais e administrativas, reforçando a importância de espaços comprometidos com a diversidade e a reparação histórica. A reabertura contou com uma programação renovada e plural, incluindo as exposições “Favela em Fluxo”, “Marvel – O Poder é Nossa”, “Racionais MC's: O Quinto Elemento” e “Sobre Vivências”, reafirmando sua missão de valorizar as periferias brasileiras e promover o diálogo intercultural.

Esse momento representa uma etapa significativa para o Museu, que tem como missão valorizar, preservar e amplificar as histórias e as expressões culturais das favelas. Com uma programação rica e diversa, o espaço oferece atividades culturais e educativas voltadas para todos os públicos, convidando-os a explorar e refletir sobre a relevância da produção artística, os(as) criadores(as), as manifestações culturais e as pesquisas que evidenciam o impacto das favelas na sociedade.

A tentativa de reparar a imensa dívida histórica com as populações negras e indígenas, promovida pelo Museu das Favelas, é uma iniciativa essencial. Mais do que uma restituição simbólica, ela evidencia a necessidade de ocupar, com dignidade e protagonismo, os espaços de direito dessas comunidades. O setor educativo do Museu cumpre um papel indispensável nesse processo, resgatando e perpetuando histórias que, de outra forma, poderiam ser apagadas.

Defender e fortalecer iniciativas como a do Museu das Favelas é imprescindível em tempos de retrocessos políticos e ideológicos. Conhecer e valorizar a história nos capacita a evitar os erros do passado e projetar um futuro mais justo, inclusivo e igualitário. A reconfiguração do Museu das Favelas evidencia os embates em torno da memória e da gestão pública da cultura, revelando disputas simbólicas e materiais sobre o direito à cidade e à história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural.** Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUTI, José Maurício. **Pankararu.** 25 jan. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BERNARDINO-COSTA, JOAZE; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v. 13, n. Especial, p. 678-686, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

INDÍGENAS Pankararu enfrentam fome e falta de emprego na zona oeste de G1, São Paulo 19 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/19/indigenas-pankararu-enfrentam-fome-e-falta-de-emprego-na-zona-oeste-de-sp.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. Racismo contra indígenas: reconhecer é combater. **Anthropológicas**, Recife, v. 28, n. 2, p. 27–56, 2017. Acesso em: 28 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America.** Nepantla: Views from the South, 2000.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogias decoloniales:** práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Tomo I. Quito: Edições Abya-Yala, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê:** políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Fundo para a Igualdade de Gênero, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 2002.

ZULU, Carla. **Museu das favelas:** a potência periférica. Museu das Favelas, São Paulo, 02 dez. 2022. Disponível em: <http://www.museudasfavelas.org.br>. Acesso em: 30 abr. 2023.